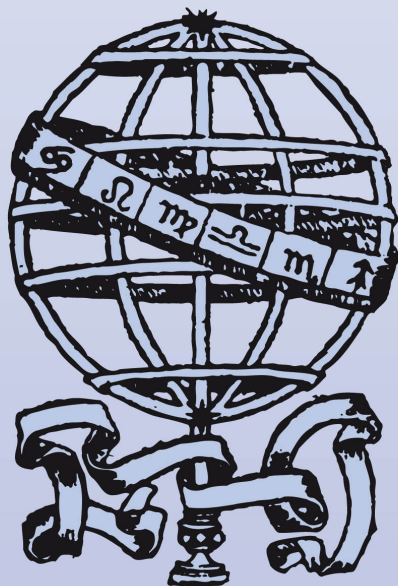


ANTÓNIO SÉRGIO

ENSAIOS SOBRE EDUCAÇÃO

Prefácio de MANUEL FERREIRA PATRÍCIO



COLECCÃO PENSAMENTO PORTUGUÊS

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

ÍNDICE

<i>Prefácio,</i> por MANUEL FERREIRA PATRÍCIO	9
O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares (1914)	13
Educação cívica (1915)	55
Considerações histórico-pedagógicas (1916)	123
Cartas sobre a educação profissional (1916)	167
Educação profissional na casa das crianças e na escola pri- mária	169
A função social dos estudantes (1917)	189
O ensino como factor do ressurgimento nacional (1918)	209
Sobre educação primária e infantil (1939)	243

PREFÁCIO

Foi o século XIX português um período relativamente rico no que toca ao interesse pela educação e à produção de pensamento pedagógico. Esse fenómeno é indissociável da circunstância política. Nesta, foi central a revolução liberal. É com ela que naturalmente brota da dinâmica gerada a consciência da importância da educação do povo para construir um novo Portugal, democrático e ao mesmo tempo educado dentro do que se entendia serem os valores nacionais.

A primeira grande figura a surgir e a afirmar-se é a de Almeida Garrett. Dos seus escritos e da sua acção política e literária destaca-se o Tratado da Educação, o primeiro e até agora o único que com sentido totalizante fomos capazes de realizar, ainda assim incompletamente. Defende Garrett uma educação pública que seja eminentemente nacional, aliás, em congruência com o conjunto da sua obra literária e política.

Segue-se a seu lado a figura de Alexandre Herculano, que sobretudo no Parlamento procurou contribuir para reformar a educação dos portugueses, com doutrina a suportar propostas concretas como foi o caso das escolas primárias superiores, que vieram a fazer parte da reforma do ensino primário da República, logo em Março de 1911, ainda que só em 1919 tenham sido tornadas funcionais pelo Ministério da Instrução Pública a que presidiu Leonardo Coimbra, sem esquecer a primeira experiência concreta levada a cabo por Adolfo

Coelho na Voz do Operário, nos primeiros anos do século xx, ainda antes da proclamação da República.

Não teve Antero uma intervenção pedagógica tão importante quanto seria de esperar, mas ele faz parte do friso de intelectuais e políticos portugueses que pensaram profunda e sistemicamente a educação do País, sem a qual consideravam improvável a construção da almejada sociedade nova, livre, próspera e justa.

Mais importante me parece ter sido o esforço de reflexão sobre a reforma da educação portuguesa levada a cabo por Oliveira Martins, cuja marca na consciência social, através da sua acção de publicista, foi profunda e assentou na solidez habitual do seu pensamento.

Refira-se ainda, neste friso notável, os nomes de Adolfo Coelho e de Bernardino Machado, não esquecendo o grande esquecido que durante todo o século xx foi e continua a ser, ainda que menos, Manuel Ferreira Deusdado.

Assim, ao chegar o novo século e com ele a queda da Monarquia e a proclamação e instauração da República, o País dispunha de um acervo pedagógico verdadeiramente digno de nota. De certo modo, a geração que marcou a passagem do século e de sistema político e que fundamente se empenhou na doutrinação republicana é bem e largamente apresentada por Sampaio Bruno no seu livro Os Modernos Publicistas Portugueses. É sobre essa ampla base que aparece a revista A Águia e se edifica o movimento da Renascença Portuguesa, em que se inscrevem desde a primeira hora homens como Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão, entre outros. De Lisboa acodem a um apelo de redenção nacional pela cultura, a arte e a educação figuras como as de António Sérgio, Raul Proença e Fernando Pessoa.

O interesse pela educação, articulado íntima e diria que organicamente com a cultura, prosseguiu no século xx e percorreu-o todo, sobretudo até ao fim do Estado Novo. Lembremos, sumariamente, como não pode deixar de ser, os nomes de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, João de Barros, Faria de Vasconcelos, António Sérgio, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Sant'Anna Dionísio, Álvaro Ribeiro, Delfim Santos, José Marinho, Bento Caraça, Rui Grácio, Vitorino Magalhães Godinho, Agostinho da Silva, Manuel Antunes, Joaquim Ferreira Gomes, João dos Santos,

Eduardo Lourenço, Arquimedes da Silva Santos, Rogério Fernandes, entre outros, e para nos reportarmos aos três primeiros quartos de século, que foram os que, a meu ver, se inscreveram realmente na lógica e na ideologia vindas do século XIX, com raízes no iluminismo setecentista.

Sabemos todos que um dos mais sérios problemas com que se defronta o meio intelectual português, de maneira clara no período de que estamos falando, é que os autores não se lêem uns aos outros. Acabam, por conseguinte, por conhecer mal o que entre nós se pensou e, em consequência, por ficarem impossibilitados de construir um pensamento desejavelmente participado e partilhado colectivamente, o que é condição sine qua non de progresso e de enriquecimento.

Não fomos exaustivos. Fomos apenas indicativos. Em todo o caso, fica claro que o palco pedagógico português está repleto de autores e de actores.

Autor e actor particularmente em destaque no século XX foi António Sérgio. Homem empenhado, combativo, de personalidade dada à assunção de causas, pelas quais se batia denodadamente, foi talvez a figura que, durante o período a que nos vimos referindo, maior admiração concitou e maior número de adeptos conseguiu, tendo exercido uma influência ideológica na área da educação extraordinariamente ampla, a qual se prolongou, expressivamente, pelo último quartel do século passado e ainda hoje está presente nas políticas educativas dominantes. Por conseguinte, ainda hoje não é possível entender, compreender e discutir a questão educativa nacional sem conhecer o pensamento pedagógico de António Sérgio.

Eis porque se justifica inteiramente, e tem mesmo de se aplaudir, a edição pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda dos seus textos fundamentais sobre a educação, apropriadamente sob o título Ensaios sobre Educação. Trata-se de ensaios que incidem directamente sobre a educação. De fora ficam ainda outros, importantes, textos dispersos, designadamente sobre filosofia da educação e filosofia da cultura. Fica, todavia, o país que lê na posse de um instrumento de trabalho e reflexão que reputamos de grande relevância. Pertencemos ou não ao grupo dos adeptos de Sérgio, é um facto que é ainda hoje indispensável conhecê-lo, discuti-lo, situá-lo, analisá-lo

comparativamente, condições para avançarmos para a construção do pensamento e da educação do futuro tomando em consideração o seu legado. Sem pensamento é que não chegamos a lado nenhum. Sem pensamento crítico — convém precisar —, como apaixonadamente defendeu António Sérgio, exigindo de nós todos que não nos eximissemos a exercitá-lo em relação a si próprio.

MANUEL FERREIRA PATRÍCIO

**O PROBLEMA DA CULTURA E O ISOLAMENTO
DOS POVOS PENINSULARES**

(1914)

A Jaime Cortesão

Abram as janelas!
Uma nação que não está ao par do seu
tempo é uma nação miserável.

ALEXANDRE HERCULANO

Quem pensa e sabe hoje na Europa não
é Portugal, não é Lisboa, creio eu: é Paris, é
Londres, é Berlim...

Ligar Portugal com o movimento moder-
no, fazendo-o assim dotar-se dos elementos
vitais de que vive a humanidade; procurar
adquirir a consciência dos factos que nos ro-
deiam, na Europa...

ANTERO DE QUENTAL

ADVERTÊNCIA

Fui incumbido de fazer uma conferência no concerto que deveriam realizar no Rio de Janeiro, a favor da Renascença, os nossos consócios Inocêncio Caldeira e Américo Ângelo. Como fosse a Renascença desconhecida dos meus ouvintes, pareceu-me dever explicar o objectivo com que a sociedade foi fundada, e portanto qual o destino que ela daria às contribuições do auditório. É nosso escopo a cultura do povo português, e por isso me resolvi a debicar nesse tema. Havendo encetado uma pequena campanha pela cultura cosmopolita (uma cultura não literária, não propriamente científica, mas económico-social), pela educação dinâmica e pela revolução construtiva sobre a base do trabalho e da organização social do trabalho, tenho tido o gosto de verificar alguns resultados positivos dessa modesta propaganda, da qual faria parte também este discurso. Sai ele impresso como devera ser recitado, com pequeninas modificações que lhe introduzi ao rever as provas, por já não serem tão necessárias as qualidades de leveza e simplificação exigidas pela leitura feita em público. Creio inútil acentuar que esta palestra não pretendia ser uma obra de erudição ou de ciência, mas de simples propaganda.

Rio, Dezembro de 1913.

Ordenou-me a *Renascença Portuguesa*, a que tenho a honra de pertencer, que vos falasse de ideias pertinentes aos fins que se propõe: e como para atingir esses fins se constituiu a sociedade, — corre-me o dever de obediência, aceitando a graça que me fazeis ouvindo-me, se bem que desolado por que a tão distinto auditório não pudesse ela enviar mais idóneo, e menos enfadonho representante.

Começo por vos dizer quem somos, ou antes, que pretendemos: pretendemos a cultura do povo português. Se interpreto com justeza o nosso comum pensamento, ou se me é lícito avaliá-la pela minha a disposição dos meus amigos, fundámos a *Renascença* na convicção, mais ou menos consciente, de que a Pátria demanda uma revolução *construtiva*: e de que a maneira mais eficaz de a tentar não são os processos vulgares da política, mas sim uma larga acção educadora, exercida pela fundação e manutenção de jardins-escolas e escolas-oficinas, universidades populares, revistas, conferências, discussões: — discussões, claro está, no ambiente elísio das ideias.

Não significa isto de forma alguma hostilidade com a política, mas desprendimento, ou melhor ainda, tolerância absoluta, a qual é, como sabeis, a virtude intelectual por excelência. Alheia à política, a *Renascença* não inquire dos partidarismos políticos dos seus sócios, e até hoje só tem dado, sem uma única excepção, os mais reconfortantes exemplos de fraternidade e simpatia. Nessa irmandade espiritual que se propõe acordar um povo pela acção moral e educativa, contam-se actualmente homens de todas as classes sociais, e não só Portugueses mas Brasileiros também, cuja assistência nos desvanece, e entre os

quais devo citar a comissão do Rio de Janeiro: Coelho Neto, Abner Mourão, António Austregesilo, Correia Lima, Emílio de Menezes, João do Rio, João Luso, Julião Machado, Óscar Lopes, Raul Pederneiras, Rodolfo Amoedo, Roque de Carvalho e Santos Maia.

Seja-me permitido significar-lhes neste momento, pela simpatia com que nos acompanham, a mais admirativa gratidão.

Não é a excelência dos governos que faz a grandeza dos grandes povos nestes tempos democráticos, senão que os povos bem educados fazem a própria felicidade, e a excelência dos seus governos: tal é, meus senhores, o fundamento do nosso grémio. Em pouco mais de um ano fez o máximo possível com seus recursos limitados, num país distraído por outras lutas, e pouco disposto a interessar-se por ideais educadores. Vimos publicando regularmente uma revista, *A Águia*, órgão principalmente de poetas, e um quinzenário de intuítos, práticos e sociais, *A Vida Portuguesa*, onde se estampam artigos de crítica, de educação, de economia. Editámos várias obras, e mantemos actualmente quatro Universidades Populares: Porto, Coimbra, Póvoa de Varzim e Vila Real, projectando-se outras mais.

Na Universidade Popular do Porto funcionam cursos de duas sortes. Os da primeira são públicos, num grande salão de 400 pessoas, com ideias gerais sobre literatura, história, ciência, filosofia, etc.; os da segunda especiais, com inscrição para 20 a 30 alunos, onde se ensina o português, contabilidade e escrituração comercial, história pátria, desenho, russo, modelação em barro, noções de ciências e música. Brevemente serão organizados cursos completos com exames e diplomas, exposições e excursões de estudo. E a propósito, não posso deixar de vos dizer o nome de Álvaro Pinto, em cuja rara abnegação jaz toda a prática organizadora da *Renascença Portuguesa*.

No nosso instituto por enquanto os poetas predominam, e na verdade distintíssimos poetas. Só eles lhe poderiam ter lançado os generosos alicerces, mas só a afluência e o concurso de trabalhadores de toda a espécie poderá desenvolver praticamente o seu desejo inicial, trazê-lo ao domínio da realidade, e granjear a colaboração da nossa Pátria na civilização da velha Europa, transplantada hoje para todo o mundo. Degenerá-

mos precisamente por descumpriremos essa lei, postergando o trabalho normal da indústria e do saber pela exploração conquistadora e a aventura, ao mesmo tempo que nos isolámos da Europa, após a época fulgurante — *e europeia* — dos descobridores e humanistas.

Pululam hoje na mocidade os defensores do Isolamento, que querem limitar a certos tons nacionalistas não só a lira dos tropeiros (o que não discuto), mas o próprio pensamento e a actividade nacional. Significaria isso, sem dúvida, insistir no maior erro consciente dos nossos antepassados.

Muito se tem dito e escrito sobre as causas da decadência dos povos peninsulares. Dois grandes factos avultam no estudo dessa decadência: a educação guerreira e a *purificação*; ou, por outras palavras, a falta de actividade produtora (agricultura, fabricação) e o isolamento sistemático. A orientação exclusivamente guerreira foi causa de que as nossas conquistas não produzissem uma burguesia rica e afanosa, como em Roma, por exemplo (é ler a obra de Ferrero), mas uma fidalguia corrompida e um populacho de mendigos; e uma vez bem definida a estrutura social a que nos levou, ei-la representando uma força de inércia persistente e multiforme. Ao aspecto intelectual dessa resistência, que teve formas eclesiásticas mas que as tem seculares e até poéticas, chamarei eu o Isolamento, ou a mania *purificadora*.

Não vos falarei do primeiro facto, — o mais importante, sem dúvida, e que permitiu a existência do segundo. O regime da educação guerreira foi originado pela invasão árabe, e consistiu no domínio serôdio da Cavalaria, esse feudalismo militar que foi uma insalubre exalação do feudalismo agrícola decomposto; consistiu no facto de Portugueses e Castelhanos terem vivido, não propriamente dum trabalho criador, mas da energia caçadora e aventureira: — donde o atraso dos peninsulares nas funções normais da indústria, e agricultura, com a formação de um temperamento em que as faculdades românticas da paixão e da fantasia, da impulsividade e da retórica, preponderaram enormemente sobre a vontade e a razão.

Com efeito, quando os Árabes no século VIII invadiram a Península, determinaram no carácter do Espanhol (e por Espanhol designarei doravante o Espanhol-Castelhano e o Espanhol-

-Português) determinaram no carácter do Espanhol uma profunda especialização. Forçado a conquistar dia a dia o seu próprio território, tornou-se o Espanhol essencialmente guerreiro; e desde então pelo tempo ao longo consagrou a sua vida a caçar homens e tesouros: — tesouros que outros, mais sensatos, logo depois nos apanhavam. Gente «açodada» e «de ganância tumultuosa» nos chamou um brasileiro ilustre, o Sr. Oliveira Lima.

Tal a feição psicológica dum facto atribuído à natureza do território, que foi o amor do pastoreio, em prejuízo da agricultura. Transmitido esse viver às gerações, Ustáriz consigna no século xvii «o grande número de pastores que há»; e Cook, no seu livro sobre a Espanha, «a vida errante que entrou nos costumes do homem de campo castelhano».

Em Portugal, não chegou a dar o fruto que devia o belo esforço de colonização da dinastia de Borgonha. Não se pôde estabelecer o verdadeiro feudalismo; e no reinado de D. João I a Cavalaria, que fundara o reino, revigora, para se expandir completamente nas aventuras de Afonso V. Nada mais típico e característico do que a história deste rei e a da grande escola de Cavaleiros das nossas praças africanas. Aí se cultivou, como numa estufa, uma espécie social já moribunda; e na verdade era necessário recomeçar a obra da Cavalaria: a Cruzada, quer dizer, o abrir aos povos europeus o comércio do Oriente.

Sabem-se os resultados das conquistas: o abandono da agricultura ¹, a incapacidade para o trabalho ², a miséria e podridão

¹ Diz Edmundo Demolins que o poder criado pelo comércio e navegação só tem solidez quando exercido por um povo em que predomina a influência dos agricultores; só a agricultura proporciona estabilidade: é preciso que Neptuno se case com Ceres, e que governe esta no *ménage*; a população agrícola forma uma reserva de sobriedade, energia e ardor no trabalho necessária para renovar constantemente a população urbana, física e moralmente anemiada. Compare-se isto com a lamentação dum nosso escritor do século xvi: «A conquista da Índia não nos deu campos em que semeássemos nem em que apascentássemos gado, antes nos tira os que nisso nos haviam de servir.» Razão tinha ele: só *coloniza* quem faz trabalho de *colono*.

² Sobre as consequências morais e económicas da educação guerreira extraímos os seguintes períodos de um nosso artigo na *Vida Por-*

por toda a parte; e na hora lúgubre da derrocada, o herói da Índia que se vendia às cédulas de D. Filipe, e esse trágico *pic-nic* da expedição contra Marrocos, com toda a idiotia do seu

tuguesa: Todos os economistas espanhóis do século xvii verberam o vício da ociosidade, como vício espanhol por excelência. Assim o qualifica, por exemplo, Moncada (Sempere, *Biblioteca española económico-política*, II, 194). Alvarez Osorio y Redin atribuiu em parte, nos seus *Memoriales*, a decadência da Espanha à ociosidade dos seus habitantes, e são numerosos os livros que têm por fim combatê-la. Poderíamos citar, entre muitos outros, o *Apologo de la ociosidad y el trabajo* de Luís Mexia, 1546; o *Discurso contra la ociosidad* de Pedro de Valência, 1608; os *Bienes del honesto trabajo y danos de la ociosidad* de Pedro de Guzman, 1614; o *Restauro de la agricultura y destierro del ocio*, de Jeronimo Ardid, etc. Como diz Quevedo, hoy desprecia el honor al que trabaja. Nobreza e povo tinham por vil qualquer mester: — tola ostentação que destrói a República, segundo Gonzalez de Cellorigo. — A República e o carácter: pululam cavaleiros luxuosamente vestidos e vivendo de expedientes sujos. Os estatutos das Ordens militares proibiam o porte de suas insígnias a todo o mercador, e os homens de trabalho eram excluídos das suas funções municipais. Pedro de Guzman deixou-nos um quadro pitoresco do povo das cidades: mendigos simuladores de enfermidades, vagabundos, etc. Dos raros artifices sabemos, por Diego José Dormer (*Discursos Histórico-Políticos*), que pouquíssimas horas por dia trabalhavam, e poucos dias por semana, no que se estremavam dos estrangeiros e catalães. O trabalho do campo começava cerca das onze da manhã, e às duas da tarde estava findo! (Cortes de Valladolid de 1548, 174.) Por isso os mendigos profissionais eram uma legião formidável que se estendia, organizada, por todo o reino. Celebravam assembleias como as confrarias, onde se tomavam decisões rigorosamente observadas, e repartiam entre si as diversas províncias do país. Consoante o testemunho de Navarrete, a Espanha tornara-se o ponto de reunião dos mendigos da Europa, e apenas se encontrariam na França, na Alemanha, em Itália ou na Flandres, alguns raros mendigos coxos, cegos, manetas ou paráliticos. Em 1559, por ocasião da peste, reuniram-se em Valladolid 5000 mendigos; nem 600 eram merecedores de assistência (*Memoriales del licenciado Gonzalez de Cellorigo*). Como sucede sempre em tais casos, lucrava o estrangeiro desta ociosidade característica, exercendo em Espanha o trabalho, à semelhança do que sucedera antes da expulsão com os judeus e mouriscos. «São os senhores de todo o comércio», diz Sancho de Moncada: de cada seis negócios, os estrangeiros negoceiam cinco; nas Índias perentencem-lhes nove décimos do tráfico, de maneira que são eles os verda-

fausto, suas sedas, suas guitarradas, seus duelos, mostram que só a virtude fundamental da Cavalaria nos ficara: a de saber morrer epicamente, numa fúria, às cutiladas na moirama. Aca-

deiros soberanos da América, de que o rei de Espanha só possui o título (Sempere, *op. cit.*, II, 195). A Espanha, diz o mesmo autor, está reduzida ao estado a que os Filisteus reduziram os Israelitas, quando para ter uma lança se viam estes obrigados a buscá-la entre aqueles. O trabalhador estrangeiro, que ganhava no seu país meio real, vinha a Espanha ganhar quatro (Mata), e as cortes de Valladolid de 1542 queixavam-se de que numerosos e importantes ramos de negócios estivessem açambarcados pelos estranhos. Não encontrando entre os naturais quem lhe desse garantias suficientes, via-se o rei obrigado a fazer os contratos com os de fora, e a arrendar-lhes os impostos. Estes compravam em Espanha a matéria-prima, que vendiam depois manufacturada: o que compram por um, diz Moncada, vendem depois por doze, e a diferença entre estes números é paga em dinheiro pelos Espanhóis. Italianos, Flamengos e Franceses vêem fundar manufacturas em Espanha para comerciar com a América. Por isso os estrangeiros «nos tratam como nós tratamos os Índios» e a senhora do ouro e da prata unicamente lhe conhece o cheiro (Pellicer de Ossau). A moeda era raríssima no país, como faz notar o economista inglês contemporâneo Tomás Mun; e «enquanto os castelos de Espanha caem em ruínas», diz Adan de la Parra, «os Genoveses acumulam fortunas enormes com o dinheiro espanhol». Quevedo descrevia desta forma a viagem do ouro:

Nace en las Índias honrado,
Donde el mundo le acompaña;
Viene a morir em España,
Y es en Genova enterrado.

Fray Juan de Castro calcula que em cada frota que saía de Sevilha os estrangeiros carregavam, só em artigos de vestuário, 19 milhões de pesos; e na opinião de Struzzi a maior parte das mercadorias carregadas para as Índias sob nomes espanhóis pertenciam realmente a estrangeiros. Francisco Martinez de la Mata, cujos *Memoriales* foram impressos em 1656, atribui todos os males da Espanha a não se querer dedicar à indústria, e mostra na multiplicação da riqueza pelo trabalho industrial a verdadeira causa da prosperidade de Veneza, Génova, Florença, Holanda e Inglaterra, as quais se enriqueceram pelas suas fábricas, — se bem que não possuindo minas de ouro e prata como a Espanha, — desde que vendem a esta os seus produtos manufacturados. Não só os estran-

bámos assim por um torneio, como havíamos começado: depois do de Ceuta, em que os infantes iniciadores foram armados

geiros forneciam a Espanha de todos os objectos manufacturados, mas a própria venda por miúdo no reino era efectuada por eles em grande escala. O dinheiro enviado para fora pelos estrangeiros empregados no país era calculado por Mata em 7 320 000 ducados. Falámos já do parasitismo mendicante; seria um nunca acabar o descrever o parasitismo do Estado, o eclesiástico, o militar. Os impostos eram terríveis. Fray Benito de la Soledad (*Manifiestos*, 1694, IV) conta que viu em Montril e na região circunvizinha, arrancar a cana-de-açúcar, outrora florescentemente cultivada pelo Moiro, porque o imposto absorvia todos os lucros; muito frequentemente o Estado confiscava o ouro e a prata que vinham da América pertencentes a particulares: confessava-se el-rei devedor pelas somas subtraídas, é certo, mas o pagamento do juro e do capital era adiado indefinidamente. A gente de guerra, não sendo paga pelo erário, saqueava as povoações: *comiam sobre los pueblos*, como se queixam as cortes. Reclamações semelhantes vemos nós em Portugal contra a parasitagem que acompanhava o rei nas suas excursões (v. Herculano, *Origem e Estabelecimento da Inquisição*). O militar fazia-se sustentar a si, ao seu serviçal, ao seu cavalo, exigia metade da habitação, a lavagem da roupa, e ainda dinheiro *emprestado*. As cortes de Valladolid de 1537 queixam-se de que os encarregados do recrutamento não só se fazem sustentar pelos lavradores, como os arruinam, obrigando-os a sustentar também numerosos vagabundos que unem a si e não recrutam. Claro que a hospedagem, e o próprio dinheiro *emprestado*, não eram pagos. Alguns economistas acentuam fortemente a necessidade de recorrer ao trabalho industrial para sustentar a queda da nação. O autor anónimo de um manuscrito datado de 1648 exprime uma bela verdade sob uma forma extravagante: «O mais necessário de todos os metais, o mais nobre, o mais precioso, o mais certamente prestadio entre os que existem e existirão jamais, é o suor do rosto; é ele o elemento único da riqueza e da conservação dos Estados: onde quer que falte este metal não permanece o ouro, nem a prata, pois é o suor do rosto que constitui a moeda universal no mundo.» Alberto Struzzi, no seu *Dialogo sobre el comercio* (1674), tratando do restauro da indústria, estuda a forma de assegurar a existência de uma mão-de-obra capaz de fabricar por preço suficientemente baixo para combater a importação estrangeira. A abundância e aperfeiçoamento da mão-de-obra obter-se-ia pela organização da aprendizagem. A este propósito dá o exemplo de como se procedia no estrangeiro. Em Milão os pais de família colocavam os filhos na oficina de um mestre depois de firmar com este um contrato de aprendizagem por vários anos;

cavaleiros, — o de Alcácer, onde foi achar sepultura própria, para si mesmo e para o seu reino, um doido varrido da Cavalaria, símbolo dos erros duma nação.

à data de expirar o prazo, os mancebos eram excelentes artífices, capazes de ganhar com largueza a sua vida. Nas cidades da Alemanha e na Flandres, os órfãos são obrigados a aprender um ofício; as mulheres ensinam as raparigas a bordar e a coser, o que lhes permite ganhar mais tarde um salário suficiente. Em Espanha, pelo contrário, acrescenta Struzzi, não se vê nada de parecido. Os pais só ambicionam ensinar aos filhos a escrever para que sejam escrivães, tabeliães, etc., em vez de se dedicarem ao trabalho manual, base de toda a indústria. Mais de um século passado sobre a obra de Struzzi, em 1781, a Academia de Madrid abria concurso para «Demonstrar que o trabalho manual não é desonroso»; com razão comenta o professor Eloy Luis André que «quando um povo necessita deste género de *demonstrações*, é que em sua vida mental há *intuições* contrárias». Se exceptuarmos o cristão-novo, os nossos vícios eram os mesmos, e as mesmas as consequências de que hoje padecemos. Em Portugal o judeu foi, na metrópole, a grande vítima do parasitismo nacional. «Os recursos económicos da Península estavam em grande parte nas mãos dos judeus», diz Herculano no maravilhoso livro que é a *Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. «Superiores em indústria e actividade e dominados pela sede do lucro, apesar do desprezo ou da malevolência de que eram alvo, tinham desde os primeiros séculos da monarquia adquirido a preponderância que é o resultado inevitável da inteligência, do *trabalho* e da economia.» É bem significativo que Pellicer de Ossau tenha consagrado a 3.^a parte da sua obra *Comercio impedido por los enemigos desta monarquia* ao comércio português, e que afinal toda essa parte se reduza a um ataque à religião judaica, prova de que a nossa actividade comercial era toda exercida pelo judeu. Sobre este, parte *impura* da população do país, parasitava o cristão da metrópole, assim como no Oriente sobre o indiano, o mouro, etc. O povo esperava a sua melhoria económica, não do trabalho, mas da acção inquisitorial, tornada numa espécie de lotaria. Condenado o judeu pela Inquisição, a sua casa e alaias eram compradas pelo povo a vil preço. Antes porém desse momento, já a perseguição começava a render: era o dinheiro que se exigia para não ir denunciar; o preço pelo transporte, comida, etc., até à prisão do Santo Ofício; depois, na prisão, o ar, a luz, a água, pelos quais se exigiam somas fabulosas, bem como pela permissão de falar com a família; eram mesmo as próprias algemas que chegavam a ser pagas pelos desgraçados. (Herculano, *ibid.*) Como se vê, a educação económica do cristão-velho na metrópole era a mesma que na

Foi com esta educação que se formou a alma ibérica. Ora a guerra pode ser um auxiliar da nossa indústria, mas jamais a indústria única, substituindo todas as outras, sem que o cor-

Índia. «As cenas representadas anteriormente em Gouveia», diz ainda Herculano, «repetiram-se por diversas partes. Lamego tornou-se dos principais teatros desses escândalos. O quadro do que aí se passava faz-nos conceber quais cenas se representariam obscuramente por outras partes. Apenas se publicou ali a ordenação que inibia os conversos de saírem do reino, logo correu a voz do que tal procedimento significava. *A gente baixa afirmava que era uma inutilidade construir novos edificios porque facilmente se acharia depois morada nas ermas habitações dos judeus. Faziam conventículos nos quais se discutia a quem havia de tocar tal ou tal propriedade ou as alfaias deste ou daquele cristão-novo e lançavam sortes sobre os prédios urbanos que eles possuíam.* Vociferavam, acusando el-rei de tíbio, porque não os mandava meter todos à espada sem esperar por demorados processos. Este dizia que estava fazendo plantio de bosques para criar lenha com que os queimassem; aquele que tinha de afiar a espada para se armar cavaleiro no dia da matança. Os camponeses que vinham ao mercado associavam-se nos ferozes gracejos à gentalha da cidade, assegurando que já estavam prontos os feixes de vides para acender as fogueiras, e que deixariam em herança a seus filhos perseguirem os judeus a ferro e fogo. Havia até quem afirmasse ter já prestes todos os seus parentes para virem jurar contra eles. Os mais moderados limitavam-se a atribuir a el-rei a intenção de os mandar queimar a todos dentro de três anos, *deplorando que não fosse o prazo mais curto, para poderem quanto antes comprar os bens deles a vil preço.* A princípio só os insultavam indirectamente, mandando alguns moços cantar-lhes cantigas ameaçadoras e insolentes debaixo das janelas; mas os próprios oficiais públicos temiam que estas demonstrações chegassem mais longe. Foi o que sucedeu. Aproveitando uma ausência temporária do primeiro magistrado da cidade, ajuntaram-se vários grupos, certa noite a horas mortas, na rua principal, habitada em grande parte por cristãos-novos. Estes grupos não se compunham só da plebe: tinham-se unido a ela indivíduos de classe mais elevada. Ali prorrromperam em pregões, condenando os cristãos-novos ao fogo! Qualificando-os de cães infiéis e judeus, clamavam em descontraídos gritos que lhes pertenciam os bens deles, e que suas mulheres e filhas lhe deviam ser entregues, para as violarem, depois do que, tudo se poderia arrojear às chamas. Espalhada a voz do tumulto, o alcaide da cidade marchou com alguma gente para a rua nova; mas não pôde prender nenhum dos amotinados por que lhe resistiram ousadamente, até que julgaram oportuno retirar-se.»